

# DAS MARCAS DO PASSADO

À PRIMEIRA TRANSIÇÃO DO PT<sup>1</sup>

Lincoln Moraes de Souza<sup>2</sup>

Aprender as transformações do Partido dos Trabalhadores (PT) implica também deixar claro qual o ângulo abordado. No caso deste texto o enfoque básico volta-se para o programa partidário e remete para as chamadas funções ou atividades partidárias, como lembra Daniel-Louis Seiler<sup>3</sup>. A atenção deste artigo, portanto, não será centrada na função governativa (presença fundamental dos partidos nos governos), função organizacional (estrutura partidária, funcionamento e lutas internas) nem direcionada à função representativa (defesa de interesses principalmente, em especial junto ao Estado), mas para a programática, ou seja, nas atividades ligadas às posições e propostas dos partidos sobre as principais questões da sociedade e materializadas nos seus principais documentos.

Segundo Alessandro Pizzorno<sup>4</sup> haveria três níveis de análise: o que *dizem* os partidos (declaração de intenções, linguagem programática); o que *tentam fazer* e como operam; e os *resultados efetivos* de suas políticas. Assim, poderíamos associar o primeiro nível com o programa partidário e o segundo e o terceiro com a função governativa. E estamos considerando o programa como sendo as posições do partido sobre as questões mais centrais ou o que ele diz.

Mesmo que um programa não deixe clara a sua concepção, ele envolve os princípios e valores ou um núcleo ideológico, as diretrizes centrais e as políticas ou atividades setoriais e mesmo a concepção de governo<sup>5</sup>, e está materializado no conjunto dos seus documentos mais importantes. Nesse sentido, para Arend Lijphart<sup>6</sup>, dever-se-ia analisar a intensidade das ideologias partidárias (via estatutos, plataformas, atuação nos congressos etc.) e as dimensões do sistema de partido.

No caso do PT, seu programa foi sendo moldado e transformado ao longo do tempo, apesar de seu núcleo central ter sido fixado entre a sua criação em 1979 e as eleições de 1982. Esse núcleo tinha, naquele período, a democracia e o socialismo como princípios e valores, e as diretrizes gerais estavam estreitamente ligadas à participação popular, inversão de prioridades e transformações do papel e da estrutura do Estado.

Quanto às variáveis que condicionaram as transformações programáticas, merecem destaque aquelas vinculadas à chamada institucionalidade, por exemplo as eleições, e as atinentes aos movimentos sociais, principalmente o sindical. Com isso, visamos mostrar como a interação do partido com o ambiente externo, ou o entorno, como diria Angelo Panebianco<sup>7</sup>, vai produzir transformações programáticas. Dessa forma, como o movimento sindical vai reduzir seu ímpeto e pressionar menos o partido, o PT passa a participar seguidamente de eleições e termina, aos poucos, flexibilizando seu programa.

## **Do impacto das eleições de 1982 ao esboço de uma proposta global**

Do ponto de vista da conjuntura geral, o período iniciado com as eleições de 1982 e seus resultados, e encerrado em 1985, foi um momento da transição da ditadura para a democracia. Os temas mais ligados com a institucionalidade ganharam um espaço maior devido a certo recuo do movimento sindical no ABC e dos movimentos populares, especialmente os de bairro<sup>8</sup>, bem como em função do crescente desgaste da ditadura, das sucessivas eleições, das “Diretas Já” e outros, e as propostas de um novo regime político e seu desenho institucional.

Para Emir Sader<sup>9</sup>, era um novo período e um outro regime político, e esse predomínio da transição centrada no plano institucional vai afetar diretamente o PT. Agora, dever-se-ia interagir mais com a institucionalidade, competir na arena eleitoral e consolidar o partido. Assim, as eleições de 1982 seriam uma espécie de segundo teste, já que o primeiro foi a organização e a legalização do partido.

A predominância do entorno institucional sobre os movimentos sociais, por sua vez, influenciou na interação do PT com as marcas do passado e seu núcleo programático anterior e produziu mudanças claras, insinuadas ou passageiras. Essas marcas, no caso as principais concepções iniciais do partido (democracia, socialismo, participação e outras) que constituíram sua visão e propostas mais características, funcionavam como um núcleo ou referência programática central e foram originadas numa situação em que o movimento sindical no ABC paulista tinha grande presença. Como as eleições e outras atividades institucionais passaram, progressivamente, a ter uma importância maior na conjuntura, o PT teve de travar outras relações externas e, desse modo, sofrer algumas influências e mudanças. Elas constituíram, assim, a primeira transição do PT, no sentido de que as variadas e parciais inflexões não conformavam ainda um todo articulado e não eram assumidas formalmente<sup>10</sup>.

Inicialmente, o PT se mostrava muito otimista quanto aos resultados eleitorais para 1982, mais se saiu bem aquém do esperado, não atingindo sequer o exigido pela legislação. Não elegeu nenhum governador ou senador e seus votos concentraram-se no Sudeste e particularmente no ABC paulista. Quanto às prefeituras, saiu vitorioso somente em duas: Diadema, em São Paulo, e Santa Quitéria, no Maranhão; isto é, do ponto de vista dos governos a situação foi pior ainda.

O partido subestimou o peso institucional das eleições, pois tinha dispensado grande parte do tempo ao seu primeiro teste, isto é, ao processo de legalização e estruturação. Também não tinha dado a devida importância ao contexto nem promovera debates internos que possibilitassem um conhecimento das outras forças políticas. De certa forma os futuros resultados poderiam ter sido previstos, já que o movimento sindical do ABC encontrava-se em descenso e a legislação eleitoral (voto vinculado, sublegendas etc.) criara sérias dificuldades para um partido recente e pequeno como o PT. Tinha-se a impressão de que os efeitos combinados das duas variáveis independentes (a sindical, ligada ao movimento social, e a legislação, vinculada à institucionalidade), já estavam previstos.

No início, predominou uma avaliação que se tinha substituído o esclarecimento dos objetivos por palavras de ordem e que a população e o próprio PT ainda não estavam suficientemente organizados para ganhar uma eleição.

Além disso, o partido sofreu acusações de eleitoralismo e doutrinário, entre outras<sup>11</sup>. Mas nenhuma reorientação foi produzida e permaneceu a idéia de que o PT seria a expressão dos movimentos sociais, isto é, apenas defendia suas reivindicações e não elaborava nem aplicava proposições, e que não se tratava de um partido dirigente, com propostas para os movimentos sociais e para governar. Assim, foi gerada uma crise interna e parecia que o partido ficaria paralisado e dominado pela inércia durante uns seis meses. Com a derrota, passou-se a considerar que não se deveriam promover grandes mudanças via eleições, mas não fora definida uma atuação na institucionalidade<sup>12</sup>, e, em contraste com o otimismo anterior, era como se a campanha eleitoral tivesse sido um desvio partidário.

Na reunião do Diretório Nacional, nos dias 16 e 17 de abril de 1983<sup>13</sup>, o debate partidário evidenciou um dilema: ou esperar-se-iam pelos acontecimentos, procurando expressar as lutas sociais, ou tomar-se-iam iniciativas mais ofensivas. Assim, o impacto da variável institucional eleições produziu um dilema dentro do PT e ele teria de optar: ou o partido se organizava para os futuros embates no plano institucional ou procurava se inserir ainda mais nos movimentos sociais. Decidiu-se, então, reorientar a ação partidária e voltar às origens, priorizando a organização e mobilização popular e a elaboração de propostas concretas visando resolver os problemas sociais mais urgentes. Mas essa tentativa, para Marilena Chaui<sup>14</sup>, não decorreu de uma avaliação mais profunda. Localizando apenas alguns problemas, o PT lançou-se, entre outras coisas, para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ao mesmo tempo, a idéia de retorno estava colada, especialmente para os sindicalistas e seus aliados moderados (incluindo muitos parlamentares e intelectuais), com a formação mais orgânica de um grupo dirigente. Em junho de 1983 foi lançado o *Manifesto dos 113* pelos principais fundadores do PT em São Paulo, incluindo Lula. Visava-se aí claramente a disputa interna, e o documento defendia um campo classista, criticava a conciliação com os liberais que começava a ocorrer com parlamentares petistas na Assembléia Legislativa paulista, combatia a autonomização parlamentar, ratificava o lema “Trabalho, Terra e Liberdade” das eleições de 1982 e dirigia-se, igualmente, contra os grupos de esquerda que agiam como partidos dentro do PT.

O *Manifesto*, na realidade, buscava consolidar uma direção hegemônica ou uma coalizão dominante. Contudo, a formação desse grupo não resolveu os dilemas que o PT enfrentava e o impasse continuou. Dispunha-se a voltar às origens e a rever a estratégia, visando então a se tornar um partido mais amplo e, já em 1983, como aponta Meneguello<sup>15</sup>, decidiu-se também atrair setores até então refratários às propostas partidárias para ampliar a base social, como segmentos da chamada classe média urbana.

Porém, isso não eliminava os problemas relativos ao novo momento do PT, especialmente o tratamento que deveria ser dispensado aos parlamentares e prefeitos eleitos em 1982, que constituía uma nova situação na sua trajetória. Para Marilena Chaui<sup>16</sup>, havia dificuldades para analisar uma nova situação, que era a representação política numa democracia liberal, uma vez que o PT teria, para ela, surgido das experiências de democracia direta e defendia o mandato imperativo e revogável. Tentou-se, sem discutir, combinar as duas formas de representação, não se atentando a que a representação política possuiria uma dupla face: de um lado, os vínculos do representante com o partido e os eleitores; de outro, a representação do parlamento junto ao partido e aos eleitores.

Vejamos como essas questões se expressaram inicialmente nos documentos partidários. Como a solução dos dilemas apontados passava pela resolução de impasses (por exemplo, a definição mais precisa do PT na institucionalidade), no final de 1983 foi proposta de forma mais global a ruptura popular e institucional com a ditadura. Nessa direção, a Comissão Executiva Nacional lançou em novembro daquele ano um documento para discussão intitulado *Projeto Político do PT*<sup>17</sup>.

Do ponto de vista dos princípios e valores gerais, tinha-se a impressão de que a visão de democracia estivesse materializada no próprio projeto, contraposta ao regime militar e adquirindo um caráter popular ao englobar os trabalhadores e a maioria da população. De forma implícita e incipiente, abriu a possibilidade de uma articulação entre a democracia representativa e a democracia direta ao vincular medidas no plano institucional e no âmbito dos movimentos sociais. Quanto ao socialismo, é claramente referido à necessidade de alcançar o poder e de promover transformações no seu caminho e, indiretamente, quando aponta para mudanças atinentes às relações de trabalho e de propriedade. Indica, inclusive, o caminho da ruptura ao criticar a transição conservadora.

Sobre as diretrizes, a participação popular é muito acentuada e coerente com a decisão de se voltar às bases e aos movimentos sociais. Mas é reconhecido que a classe trabalhadora e os setores médios da cidade e do campo prescindiriam de maior união e organização, até porque as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), os Conselhos Populares e outros setores ainda apresentariam traços de peleguismo, de reformismo etc., e algumas greves entre 1980 e 1983, como as de Mataripe na Bahia e as de Paulínia e São Bernardo em São Paulo, teriam mostrado a ausência de direção e comando únicos. Assim, o PT acenava para uma importância menor da variável movimento e reconhecia que ele ainda apresentava grandes debilidades. Uma interrogação, então, tor-

na-se inevitável: como o PT poderia avançar, se nos documentos anteriores ele deveria ser a expressão dos movimentos e seriam estes que delimitariam o raio e limites de suas ações e de seu próprio perfil? A resposta: somente tornando-se também um partido dirigente e não meramente expressão dos movimentos sociais.

Afirma-se ainda no documento que o PT deveria formular e assumir esse projeto popular. Teria, então, de ultrapassar o apoio e às vezes a condução da resistência ativa dos movimentos populares, formulando um projeto político para os trabalhadores alcançarem o poder colocando claramente essa questão, e promover as mudanças na estrutura social na direção do socialismo. Em *Projeto Político do PT* é ressaltado igualmente que o partido estaria crescendo, mas só continuaria nesse caminho se apresentasse propostas claras e concretas para a crise e atuasse como partido nos movimentos sociais, elevando as lutas de resistência para lutas unificadas contra o regime. Ao mesmo tempo, reconhecia-se que o PT estaria participando de modo pouco organizado e eficaz nas lutas sociais, sendo necessário superar suas debilidades orgânicas e materiais. Acrescenta-se, ainda, que o partido deveria também estimular a criação e o fortalecimento de formas organizativas como a CUT, comitês de bairros, conselhos populares, entidades que lutariam contra a dominação ideológica no terreno da comunicação de massa e outros. Partindo das lutas de resistência ativa, deveria intensificá-las, organizá-las melhor e combiná-las com outras lutas nos planos social e institucional, isto é, sincronizar a luta popular com a luta institucional (não só parlamentar) e conduzi-las de modo a pressionar o regime militar.

Ficava claro, portanto, o novo papel atribuído ao PT: superar a fase de partido do tipo movimento – ou seja, com atuação simplesmente voltada para expressar as reivindicações dos movimentos e não para procurar elevá-los a um patamar político superior e nem dirigi-los – ou ainda uma participação tipo movimento social – que possui características iniciais de partidos em que predominam a solidariedade, a participação intensa da militância, os objetivos comuns e a estrutura organizacional pouco profissional, como diria Panebianco<sup>18</sup>. Isso tinha suas implicações, até porque a reorientação era mais dirigida contra o regime militar e não visava assumir o papel de agente de políticas e de partido governante. De qualquer maneira, avançou-se em uma melhor definição da participação, ao ser consolidada a proposta dos conselhos populares e de comitês de bairros e de se atribuir importância à participação de outros setores, como os estudantes.

Quanto à diretriz de inversão de prioridades, ela apareceu sob cinco formas. Na primeira delas, surgiu como necessidade de propostas que visassem superar a crise no plano econômico, num contexto de recessão e inflação.

Isso significava que essa diretriz passou a ser vislumbrada numa perspectiva mais ampla e levando em conta a conjuntura.

Em segundo lugar, acentuou-se mais explicitamente a importância das medidas de curto prazo ou, como diria Umberto Cerroni<sup>19</sup>, no geral mudou-se o programa. Mas essas medidas de curto prazo, que envolviam as reivindicações imediatas dos setores populares, emergem como integradas ao projeto global e não mais como uma contraposição ao socialismo e ao longo prazo, como anteriormente. Tanto é verdade que se afirma que a crise exigiria do PT novas definições quanto ao seu rumo e que suas propostas seriam fragmentárias, setoriais e sem articulação com um projeto político contra o regime<sup>20</sup>.

Num terceiro formato da diretriz de inversão de prioridades, procurou-se também inserir as medidas propostas no plano parlamentar, requerendo que os representantes do PT e de outros partidos apoiassem as lutas e fossem formalizadas as conquistas na legislação, isto é, de certa forma indicava-se incipientemente a transformação das reivindicações na direção das políticas governamentais.

Depois, além das medidas recorrentes sobre o salário, emprego, saúde, habitação, congelamento de preços etc., foram introduzidas algumas novas e outras foram realçadas, tais como: mudanças nas relações de trabalho e de propriedade na cidade e no campo; redução dos juros bancários; taxaço sobre os lucros, a grande propriedade e as grandes heranças.

Por fim, na diretriz da inversão de prioridades consolidou-se a presença de outros segmentos e de suas reivindicações, como a dos movimentos de bairros, dos estudantes e dos direitos da mulher. Além disso, firmou-se que na política de alianças dever-se-ia priorizar a expansão do PT entre os setores populares, com propostas concretas para atrair outros grupos, especialmente os setores urbanos das classes médias e os marginalizados socialmente.

Sobre a diretriz Estado, para a qual se supunha reflexões mais fundamentadas devido à presunção de o PT ser uma alternativa à ditadura, as indicações, embora importantes, são reduzidas. Era como se fosse proposto um novo regime, para o qual se previam, por exemplo, eleições diretas, sem a formação de um outro Estado, e um perfil diferente de governo. É verdade que se indicavam alguns elementos relevantes como a própria crise nos setores dos aparelhos de Estado, a corrupção, problemas dos governos estaduais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (como a dependência administrativa e financeira em relação ao governo central e questões referentes às relações entre partido e governo). Retornou-se à proposta de estatização na saúde, educação e transportes e de nacionalização dos bancos e dos monopólios. Quanto a um novo governo petista, afirma-se apenas que

seriam as organizações populares, democráticas e sindicais que, de forma soberana e democrática, iriam dizer qual seria sua forma.

A questão do poder, entretanto, foi colocada de maneira mais enfática do que nos documentos anteriores, realçando-se, inclusive, a necessidade de o PT exprimir isso claramente para os trabalhadores, pois, sem o poder, não poderiam ser feitas as transformações em direção ao socialismo. Como o projeto se propunha a ser uma alternativa ao regime militar, afirmava-se que os objetivos e meios para isso deveriam também ser definidos. Indicava-se, então, o caminho da ruptura, ou seja, foi enfatizada a diferença com a chamada transição conservadora ou transição por cima, conduzida pelos setores liberais e conservadores e parte dos militares.

Ao se defender a Constituinte como uma bandeira mais global, abria-se uma grande possibilidade para se criarem as condições de um desenho mais definido de novo regime e de perfil do governo. Ao mesmo tempo, e pela primeira vez, admitia-se como um dos eixos centrais da luta contra o regime a possibilidade de apresentar uma candidatura própria à Presidência da República, indicando uma nova postura do PT ao se pensar, também no plano federal, em governar dentro do sistema capitalista.

Aqui aparece outra novidade: o PT considerava que não poderia conduzir sozinho seu projeto e tomaria a iniciativa de formar alianças criteriosas com outros partidos e setores populares. Nesse caso elas teriam um caráter tático, mas poderiam levar a frentes e uniões parlamentares e extraparlamentares visando mudar a correlação de forças na oposição e ser a base de um novo regime e de um novo governo, ou seja, além da possibilidade de uma candidatura própria, o PT poderia governar em coalizão com outros partidos. Não por acaso, defendiam-se ações conjuntas de seus representantes no Legislativo com os de outros partidos, embora sem referência ao governo municipal petista de Diadema. Sobre as alianças com os setores populares, vistas como prioritárias, objetivava-se atrair especialmente os segmentos médios urbanos e expandir sua base social.

No 3º Encontro Nacional, ocorrido entre os dias 6 e 8 de abril de 1984, foram elaborados vários documentos<sup>21</sup>, entre eles as *Teses para a atuação do PT, o Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores e a Nota à imprensa sobre a Campanha Diretas-Já*. Pela primeira vez as divergências, especialmente entre os sindicalistas e seus aliados versus esquerda organizada, foram publicamente explicitadas e assumidas por meio de chapas diferentes.

Uma das teses foi encabeçada por Lula e intitulada *Teses para a atuação do PT*. Outras foram defendidas por organizações de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e a Democracia Socialista (DS). Como a tese defendida por

Lula foi amplamente vitoriosa e funcionou como o documento aprovado, centraremos a análise sobre ela. Outros aspectos importantes do evento também chamam atenção, como a ausência de menção às prefeituras conquistadas em 1982 e o forte tom crítico dos sindicalistas sobre a esquerda organizada.

Voltando-se para as *Teses*, foram apontadas as dificuldades com a derrota de 1982, o desânimo da militância e o isolamento do partido, além de vários problemas, como a não tradução das propostas num projeto alternativo, o internismo da esquerda e a frágil presença do PT nos movimentos sociais. Tal quadro seria resultante, em grande parte, da postura dos grupos de esquerda perante a legislação da ditadura (criação de núcleos fechados etc.), e que eles estariam usando o PT para passar suas posições e tratando-o como uma frente política. Além disso, estariam ocorrendo também o teorismo e discursos avançados para esconder uma prática impotente: que os núcleos funcionariam muitas vezes como aparelhos para eleições de delegados nas disputas internas; e que o crescimento do PT residiria mais na legalização do que em sua estruturação em termos nacionais. Retoma-se a idéia de levar as posições do PT para os movimentos sociais, recolher as suas experiências e atribuir importância à formação política do partido. Mesmo sem se diluir, tornava-se necessário, juntamente com outros partidos e movimentos populares, lutar por eleições livres e diretas e estabelecer alianças a partir de um programa mínimo comum.

Sobre o princípio da democracia, o núcleo das observações foi a campanha por eleições livres e diretas. Contra a ditadura seria necessária uma democracia que garantisse os trabalhadores na direção das decisões econômicas e políticas do país; o povo é que deveria escolher seus governantes; e as eleições não constituiriam uma exclusividade do regime liberal burguês, mas representaria o controle do povo sobre o governo e o início de um futuro democrático e socialista. Admitia-se, assim e de passagem, que se poderia construir o socialismo por meio de eleições; ou seja, ao contrário dos documentos anteriores às eleições de 1982, elas adquirem uma dimensão fundamental e passam a ser uma espécie de condição necessária para uma nova sociedade. Dessa forma, com o recuo do movimento sindical no ABC, a variável institucional, por meio das eleições, assume uma grande e crescente relevância.

Ao mesmo tempo, reafirmava-se que as eleições não seriam suficientes por si sós e não resolveriam os problemas que afetavam os trabalhadores e o país, sendo imprescindível que houvesse a presença de outras lutas, como liberdade e autonomia sindical. Propunha-se também o boicote ao Colégio Eleitoral e eleições livres e diretas em dois turnos. Na democracia desejada, portanto, estaria suposta uma grande participação popular vinculada a formas massivas e diretas. O poder não seria encerrado simplesmente no ato

de se tomar o Estado, mas se construiria a partir das bases, dos movimentos populares e de outras formas de organização dos explorados que fundamentariam a democracia e a construção de uma alternativa popular.

Defendia-se o socialismo, mas diferenciando-se da matriz soviética ao apoiar os trabalhadores poloneses, então em confronto com o seu governo. No combate ao capitalismo, o rumo a ser tomado levaria a uma sociedade sem explorados e exploradores e à formação de governos nesse caminho. Lembrando da diferença entre governo e poder, afirmava-se que deveria haver uma participação que conduzisse a uma sociedade sem a divisão entre governantes e governados e em direção ao socialismo.

Voltando-se para as diretrizes e a participação popular, observava-se a retomada do documento *Projeto Político do PT*. Apontava-se a necessidade de se tomar a iniciativa quanto aos movimentos sociais e articular a participação política dos dominados, fortalecendo a organização do movimento sindical e popular. Para tanto, ressaltava-se a importância de consolidar a CUT e reconhecia-se que o PT não teria políticas claras, ou então as teria de forma equivocada. O PT enfrentava dificuldades para se ligar estreitamente ao movimento popular, devido à falta de um trabalho de base e ao erro de decisões cupulistas, sem uma representatividade real. Daí a necessidade de fortalecer os núcleos, ligando-os às lutas concretas em áreas como local de trabalho, categoria profissional e outras.

Em *Teses para a atuação do PT* retomavam-se outras propostas participativas, como os conselhos populares, tidos como exemplo de participação nas decisões políticas e administrativas e na fiscalização dos interesses públicos. Volta-se a propor o controle dos trabalhadores na reforma agrária, participação e controle da população na política de saúde (nas redes de abastecimento hospitalar, indústrias farmacêuticas etc.) e prioridade ao transporte coletivo e ao controle popular sobre ele (tarifas etc.). Na alimentação, defendia-se o controle popular sobre os entrepostos ligados ao Estado. Num governo do PT dever-se-iam criar e fortalecer os canais de participação popular e reconhecer a CUT, mas resguardando a autonomia dos movimentos sociais. Ficava claro, portanto, que já se admitia que o PT governasse no sistema capitalista.

Na diretriz de inversão de prioridades, o documento afirmava que a crise estaria prejudicando os trabalhadores, os setores populares, as classes médias, os pequenos proprietários e mesmo parte da burguesia industrial, daí a necessidade de algumas mudanças da política econômica. E assim abria-se a possibilidade de novas prioridades ao se acenar para setores diferentes. Na retomada do lema “Trabalho, Terra e Liberdade”, procuravam-se situar os diferentes grupos sociais e as medidas relacionadas a eles, diferenciando-se, em alguns casos, segmentos como os trabalhadores rurais (pequenos pro-

prietários, parceiros, posseiros e empregados). Em um trecho de *Teses para a atuação do PT*, significativamente intitulada *Conquistar os governos para atender aos interesses dos trabalhadores*, admitia-se de modo mais claro que, além de conquistar governos, eles adotariam políticas em prol dos trabalhadores.

Falava-se explicitamente de um programa de governo que servisse à coletividade, assumindo as bandeiras dos trabalhadores do campo e da cidade e que combatesse a fome, o desemprego, a miséria, o analfabetismo, os preconceitos raciais e principalmente a corrupção. Que esses governos deveriam estar no rumo de uma sociedade sem explorados e exploradores, isto é, o socialismo, e que estariam baseados em “Trabalho, Terra e Liberdade”, como se o lema geral servisse como uma espécie de diretriz de um programa de governo.

Na parte referente ao *Trabalho* chamava-se a atenção para uma nova política econômica voltada para a maioria da população, apontando medidas a serem tomadas para combater o desemprego: redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego, salário mínimo real e unificado, escala móvel de salários, salário-desemprego, passe livre nos transportes coletivos, cesta básica para os desempregados, entre outras.

Com referência à *Terra* encontrava-se a proposta da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, agricultura básica e política agrícola, visando também acabar com o desemprego e a fome, o combate ao grande latifúndio, ao grileiro e ao atravessador de safras, extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais etc.

Por fim, em *Liberdade* defendiam-se medidas na área da saúde (atendimento público e gratuito); da educação (ensino público e gratuito em todos os níveis e erradicação do analfabetismo); da habitação (construções de habitações populares); dos transportes (prioridade do transporte coletivo sobre o individual), da segurança (respeito aos direitos humanos e a política a serviço da proteção da população); e da alimentação (plano de emergência para o atendimento das necessidades de curto prazo e a introdução de entrepostos populares sob a responsabilidade estatal).

O que de novo ficava evidente era que, além de o PT assumir parcialmente a importância de governar, as bandeiras gerais eram tratadas como orientações para políticas de governo. Afirmava-se que não deveria limitar-se a denunciar, mas preparar-se para assumir os governos, resolver o problema do desemprego, atender as reivindicações dos trabalhadores com soluções imediatas. Assim, findava-se o hiato entre as reivindicações populares e as políticas governamentais.

Quanto à diretriz referente ao Estado dentro do documento, nem mesmo o debate interno<sup>22</sup> promoveu avanços. Permaneceu, por exemplo, o reco-

nhcimento de que o movimento popular, sozinho, seria insuficiente para mudar a natureza do Estado, e ainda se afirmou que naquele momento somente uma pequena parcela do movimento sindical estaria atuando nas lutas gerais e no combate ao regime militar. Daí, portanto, a necessidade de o partido ter uma nova proposta de poder e de exercício democrático de governo para mudar a sociedade e o Estado.

Retomavam-se propostas sobre estatização, presença forte do Estado e democratização, e ressaltava-se a diferença entre poder e governo. O PT estaria lutando por eleições livres e diretas e defendendo a chegada do partido aos governos municipais, estaduais e federais. Isso não significaria ainda a tomada do poder pelos trabalhadores, pois seriam necessárias condições para promover as transformações desejadas. O PT não poderia ficar somente na denúncia e na reivindicação, sem pensar na possibilidade de ser governo e de conquistar o poder, que não significava apenas tomar o Estado, mas construí-lo a partir das bases, dos movimentos populares e de outras formas de organização dos explorados, como os conselhos populares. Propunha-se, assim, uma democracia com grande participação popular e não esgotada nas instituições políticas representativas. Esse poder, ressaltava-se, teria de ser desenvolvido, igualmente, com a adoção de uma política de crescimento e de acumulação de forças e com a construção de uma alternativa popular.

Como a tomada do poder, contudo, não estaria na ordem do dia e de forma consciente e imediata para a totalidade dos trabalhadores, o PT tentaria mudar a correlação de forças visando ser uma alternativa de governo para o país, onde os governos conquistados funcionariam como pontos de apoio na luta contra o regime militar. Dessa forma, agora se atribuía importância aos governos e um papel na mudança da correlação de forças. *Teses para a atuação do PT* era diferente dos documentos anteriores, nos quais era recorrente a idéia de que essa mesma correlação impediria que se fizesse qualquer proposta para governar. O ato de governar, então, passou a ser inserido em uma nova estratégia em que a institucionalidade, mesmo pouco assumida naquele momento, teria peso relevante. De elemento de uma correlação de forças negativa para os trabalhadores e os setores populares, ela é alçada agora a um campo de luta e de apoio para mudanças mais profundas. Num item específico, intitulado *Conquistar os governos para atender aos interesses dos trabalhadores*, se afirmava que os governos petistas deveriam servir à coletividade, criar canais de participação como os conselhos populares e assumir as bandeiras dos trabalhadores da cidade e do campo.

Ao diferenciar poder e governo e apontar para as dificuldades, admitia-se que não bastariam os cargos do Executivo para governar de forma distinta e que o governo não seria algo meramente administrativo, mas partidário. Indica-

va-se, assim, um governo partidário ou um elemento importante da função governativa, como diria Alan Ware<sup>23</sup>, no caso, o controle exercido pelo partido.

Nas *Teses para a atuação do PT* afirmava-se que a atividade no parlamento não deveria ser subestimada e seria necessário recuperar suas prerrogativas e independência diante do Executivo, mas sem que esse mesmo parlamento substituísse a organização dos trabalhadores e as lutas populares, nem se alimentassem ilusões sobre ele. Ele deveria ser visto como um espaço político para combater e denunciar medidas antipopulares do Executivo, do próprio Parlamento e de grupos de pressão dos poderes econômico e político, além de ser ressaltada sua importância na fiscalização da administração pública, na apresentação de propostas que beneficiassem os trabalhadores e na divulgação do programa e das idéias do PT.

Sobre seus parlamentares, dizia-se que o PT deveria orientar e apoiar suas ações sem subestimar ou superestimar a sua atividade. Reiterava-se a subordinação do parlamentar às diretrizes gerais do PT e que, como outros órgãos partidários, as bancadas teriam de estabelecer com as respectivas instâncias os planos de ação. Assim, o mandato parlamentar continuava sendo imperativo e os eleitos deveriam usar sua representatividade para atuar nos movimentos sociais; e o parlamento, apesar de sua importância, não constituiria o principal campo de atividade partidária. Finalmente, reabria-se a possibilidade da proposta da Constituinte, ao afirmar que, rejeitada a Emenda Dante de Oliveira, o debate deveria ser iniciado. De certa forma, a Constituinte passaria a funcionar como uma espécie de substituta da bandeira “Diretas Já”, mesmo levando em conta sua natureza mais globalizadora.

No tocante ao programa, o PT reconhecia suas dificuldades na elaboração e na implementação de suas propostas, os obstáculos em traduzir seu objetivo de organização dos trabalhadores em propostas concretas num projeto alternativo para a sociedade, mesmo estando presente nos movimentos. Já em outras ocasiões, o partido não estaria dirigindo a contento os movimentos sociais; em alguns lugares, eles nem existiriam. Além do mais, o PT também deveria relevar as diferenças regionais sobre o desenvolvimento econômico e social, as variadas experiências, a heterogeneidade social etc.

Nas *Teses para a atuação do PT* falava-se também da importância da formação política e de levar as posições partidárias para os movimentos e trazer para o PT as suas experiências. Ia-se mais longe ainda, ao realçar que o partido teria o direito e o dever de formular propostas para o movimento social e orientar seus militantes, assumindo novamente a condição de partido dirigente e não mais de partido como simples expressão dos movimentos.

Por fim, o documento aponta que o PT reconhecia claramente que foi obrigado a elaborar uma proposta traduzível num programa de ação, isto é,

admitia que teve de se posicionar ao interagir com novos momentos do entorno. Mas ressaltava que o programa de governo deveria estar relacionado ao programa partidário, às plataformas e às resoluções.

Passando-se para outra resolução tirada no mesmo 3º Encontro Nacional de 1984, no caso o *Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores*, podemos também inferir algo sobre o programa. No que se refere à democracia interna do partido, por exemplo, previa-se que os núcleos por categoria e local de trabalho deveriam eleger delegados com voz e voto nos encontros municipais. Afirmava-se, também, que a Secretaria de Formação Política iria oferecer cursos aos militantes sobre o conceito popular de democracia e a relação com o socialismo, ou seja, deixava-se perceptível a atribuição de uma natureza *popular* à democracia.

Já na diretriz participação popular, os núcleos novamente receberam uma grande atenção, pois seria com eles que os vínculos com o parlamento e os movimentos sociais seriam estreitados e poder-se-ia trazer para dentro do partido as experiências desses movimentos. Por fim, decidiu-se criar uma Secretaria Sindical visando a ajudar o PT a definir sua política a esse respeito, chamando a atenção, dessa feita, para questões não resolvidas sobre o assunto.

A inversão de prioridades aparecia na preparação para atuar em diferentes setores e foram previstas várias secretarias de acordo com as necessidades para elaborar propostas e suas áreas de atuação. A Secretaria de Formação Política, para se ter uma idéia, faria que os filiados assimilassem o programa e os Estatutos e promoveria cursos e seminários para os militantes, por exemplo.

O *Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores*, ao voltar-se para a diretriz sobre o Estado, advertia que qualquer filiado que ocupasse um cargo deveria, sem o impedimento de suas tarefas específicas, atuar em um núcleo deliberativo de base. Os parlamentares teriam de promover o entrosamento entre suas atividades e as manifestações dos trabalhadores, e elaborar projetos de lei e medidas institucionais baseadas no programa partidário. Embora não se tratasse de membros do Executivo, ficava implícito que suas iniciativas mais importantes seriam de responsabilidade do PT e discutidas anteriormente com os órgãos de direção, reafirmando, portanto, um mandato tipicamente partidário.

Quanto ao programa, o mais importante seria a participação dos filiados na sua elaboração e a continuidade do mandato imperativo. Os núcleos orientariam e seriam consultados em relação às questões locais e os diretórios teriam de adaptar as determinações superiores às circunstâncias. Já os encontros iriam conferir poder às bases partidárias na elaboração do programa, na linha de ação e nas campanhas eleitorais.

Na eleição do Diretório e da Executiva nacionais, predominaram os sindicalistas e seus aliados do grupo de intelectuais, consolidando-se a coalizão dominante que mais tarde passaria a ser chamada de Articulação. Observa-se que, apesar da presença de vários membros da esquerda organizada no Diretório, não encontramos nenhum de seus membros na Executiva. Além do mais, a Secretaria Geral, de grande importância, continuava sendo ocupada por Francisco Weffort e tinha como primeiro suplente um outro intelectual, Perseu Abramo.

## **As marcas do passado e as transformações**

Sintetizando o período de 1982 a 1985, ficava claro o impacto dos resultados eleitorais de 1982. Esses efeitos, por sua vez, combinaram com os novos obstáculos enfrentados, seja certo recuo dos movimentos sociais seja a necessidade de um posicionamento diante da nova conjuntura com grande tonalidade institucional. Em função disso, a trajetória do PT e de seu núcleo programático, em particular, foram afetados. É indício bastante claro disso a decisão de transformar o partido em dirigente das lutas e não mais em uma simples expressão dos movimentos. Outros indícios também podem ser percebidos no início de elaboração de uma proposta global contra a ditadura militar e posteriormente em oposição à chamada Nova República, na idéia de elaborar medidas para resolver os problemas concretos e imediatos da população ou ainda numa abertura maior para a função governativa, característica de partidos com forte atuação governamental, ou direcionando as ações dos “seus” governos.

Se por um lado os referidos indícios expressavam uma nova postura quanto à institucionalidade, alçada agora a campo de luta e não mais contraposta aos movimentos sociais, por outro eram expressos através de movimentos pendulares e algumas vezes apenas insinuados. Embora as propostas e as decisões (voltar às bases etc.) não fossem necessariamente contraditórias, apresentavam-se, de certa forma, como impasses e dilemas: entrava-se em uma espécie de circuito propositivo e, ao mesmo tempo, procurava-se manter parcialmente o partido tipo movimento; dispunha-se agora a atuar na arena institucional, embora simultaneamente reforçasse o discurso sobre a prioridade da atuação nos movimentos sociais, a manutenção do mandato imperativo e obrigatoriedade de os titulares vincularem-se aos núcleos de base; defendia-se claramente a proposta de conquistar e exercer governos sob o sistema capitalista visando atender aos interesses dos trabalhadores. Contudo não se tecem maiores considerações sobre as próximas eleições de 1985, reservando-se também para os governos petistas o papel de ponto de apoio às lutas

dos setores populares e de instrumento de mudança da correlação de forças; fala-se de programa de governo, porém continua sem mencionar o governo municipal petista de Diadema.

Ação típica a respeito da atuação partidária no campo institucional e dos impasses por que passava o PT ocorreu após a derrota da campanha pelas “Diretas Já”, na qual o partido teve um papel importante. Ali foram postas as seguintes questões: ir ou não ao Colégio Eleitoral, apoiar e votar num liberal como Tancredo Neves e contrariar as propostas do partido ou correr o risco de isolar-se naquele momento. No final, o PT decidiu não participar das eleições indiretas, culminando com a saída de três deputados federais do partido<sup>24</sup>.

O ponto central dos anos que vão de 1982 a 1985, contudo, é que, ao interagir com uma nova conjuntura, marcada especialmente pelo avanço da transição e a dominância da variável institucional, o PT foi obrigado a optar, elaborar e reelaborar propostas. Num primeiro momento contra a ditadura e posteriormente opondo-se ao governo Sarney ou à transição por cima, como a denominava. Ao optar por uma postura mais propositiva, abriu a possibilidade e deu passos concretos na direção da função governativa, absorvendo elementos que transformariam em parte as marcas do passado ou núcleo programático e indicariam, *grosso modo*, a existência de novos aspectos que materializavam também o início de uma transição do próprio programa partidário<sup>25</sup>.

## **RESUMO**

---

Quais as transformações mais importantes pelas quais passou o PT, desde sua formação? Como as marcas do passado influenciaram seu programa e visão de governo? A análise aqui desenvolvida procura detectar os pontos mais significativos e focaliza o período que vai dos resultados eleitorais de 1982 até 1985, especialmente observando como os princípios e valores e diretrizes gerais do seu programa interagiram com a institucionalidade e o movimento social.

## **PALAVRAS-CHAVE**

---

PT; programa; governo.

## **ABSTRACT**

---

What are the most important transformations that PT has been through, since its formation? How the wounds of the past influenced its program and vision of government? The analysis developed here seeks to detect the most meaning points and focuses on the period from the electoral results of 1982 until 1985,

observing especially how the principles and values and general guidelines of its program interacted with the institutionality and the social movement.

## KEYWORDS

---

PT; program; government.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da nossa tese de doutorado defendida em 2004 no Instituto de Economia da Unicamp e intitulada *Crônica de um partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000*.

<sup>2</sup> Doutor em política social, professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato do autor: lincolnmoraes@ufrnet.br.

<sup>3</sup> SEILER, Daniel-Louis. *Os partidos políticos*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

<sup>4</sup> PIZZORNO, Alessandro. "Parties in pluralism". In MAIR, Peter (org.). *The West European Party System*. Nova York: Oxford, 1990.

<sup>5</sup> Embora trabalhando com avaliação de políticas públicas e centrando a atenção somente na diferença entre os princípios e diretrizes gerais, sobre isso ver FIGUEIREDO, Marcos Faria e FIGUEIREDO, Argelina M. Cheibub. "Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica". *Análise & Conjuntura*, v. 1, n. 3, 1986.

<sup>6</sup> LIJPHART, Arend. "Dimensions of Ideology in European Systems". In MAIR, Peter (org.). *The West European Party System*. Nova York: Oxford, 1990. *op. cit.*

<sup>7</sup> PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza, 1990.

<sup>8</sup> Sobre os movimentos de bairro, consultar especialmente DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1995.

<sup>9</sup> SADER, Emir. "O que está escrito na estrela?". In SADER, Emir. (org.). *E agora PT?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>10</sup> Essa subdivisão e parte da análise basearam-se em KECK, Margaret E. *PT: A lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991; MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e PONT, Raul. *Breve história: PT*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992. No entanto, centramos nossa atenção no programa partidário e nas diferentes reorientações no período.

<sup>11</sup> Com o fracasso eleitoral, cresceu a pressão antiinstitucional da esquerda marxista-leninista para que as atividades fossem concentradas na organização dos trabalhadores. Já os moderados, continuavam achando que as palavras de ordem da campanha

eleitoral (como “Trabalhador vota em trabalhador”) teriam afastado a classe média e os eleitores menos politizados. Sobre o assunto, ver SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

<sup>12</sup> Segundo KECK, *op. cit.*, p. 226-230, as turbulências iniciais no governo de Diadema (direção municipal versus o Prefeito prefeito Gilson Menezes etc.) também contribuíram para a frustração generalizada no PT.

<sup>13</sup> Sobre esta reunião e alguns desdobramentos, como o *Manifesto dos 113*, ver PONT, *op. cit.*, p. 28-29.

<sup>14</sup> CHAUI, Marilena. “PT ‘leve e suave?’”. In SADER, *E agora PT?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>15</sup> MENEGUELLO, *op. cit.*, p. 198.

<sup>16</sup> CHAUI, *op. cit.*, p. 54-56.

<sup>17</sup> Valemo-nos da transcrição e de alguns comentários de GADOTTI, Moacir, e PEIREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 105-128.

<sup>18</sup> PANEBIANCO, *op. cit.*, p. 55-56.

<sup>19</sup> CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

<sup>20</sup> Isso lembra as proposições sobre o programa mínimo de TROTSKY, Leon. *Programa de transição para a revolução socialista*. 2ª ed. Lisboa: Antídoto, 1978. Segundo PONT, *op. cit.*, p. 31, Apolonio de Carvalho, na reunião do Diretório Nacional de 23 e 24 de agosto de 1983, propôs um programa mínimo e foi duramente criticado e isolado politicamente.

<sup>21</sup> Exceto ressalvas explícitas, os documentos partidários analisados estão transcritos em *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Diretório Nacional do PT/Fundação Perseu Abramo, 1998.

<sup>22</sup> Segundo PONT, *op. cit.*, p. 34, o encontro foi marcado por uma grande polêmica referente ao poder de Estado.

<sup>23</sup> WARE, Alan. *Citizens, Parties and the State: a Reappraisal*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

<sup>24</sup> Segundo PONT, *op. cit.*, p. 33-41, não foi votada nenhuma resolução no tocante às prefeituras nas capitais e a idéia básica era politizar a campanha e fortalecer o partido.

<sup>25</sup> Como já ressaltamos anteriormente, o período analisado neste artigo representa apenas uma das fases das mudanças do PT como um todo e do seu programa em particular.